

Uma revolução e seus impasses linguísticos: Moçambique

One revolution and its linguistic impasses: Mozambique

Bethania Mariani

Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, Brasil

A orientação geral definida pelo Partido FRELIMO e pelo Governo Moçambicano considera a Língua Portuguesa um factor de unidade nacional.

(Ministério da Educação e Cultura, Maputo, 1979).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os deslizamentos de sentidos da Língua Portuguesa em Moçambique, no período exatamente posterior à independência nacional, entre 1974 e 1979. Objetiva-se, também, discutir os efeitos da política linguística formulada pelo governo revolucionário, que impõe a Língua Portuguesa como língua oficial do Estado recém-independente.

Palavras-chave: Sentidos de língua portuguesa. Moçambique. Revolução. Política linguística. História das Ideias Linguísticas.

Abstract: This paper aims at pointing out the ways senses slip regarding the Portuguese language in Mozambique between 1974 and 1979, during the period right after the national independence of that country. The paper also approaches the effects of the linguistic policies formulated by the revolutionary government, which imposes Portuguese as the official language of the newly independent State.

Keywords: Senses of Portuguese language. Mozambique. Revolution. Linguistic policy. History of the Linguistic Ideas.

Sobre revoluções e palavras

No capítulo intitulado “Outubro de 17 e a força das palavras” do livro *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux (2004) discutem a relação que se estabelece entre as alterações e mudanças linguísticas e aquelas de ordem social durante a revolução soviética. Retomando a análise de A. M. Selichtchev (1928) para discutir o incontornável do processo de constituição mútua entre língua e história no momento revolucionário vivido pela nascente União Soviética, Gadet e Pêcheux (2004), de um lado, mostram a imposição da força administrativa revolucionária que tudo pretendia organizar e domesticar, inclusive a língua; de outro, apontam a força do trabalho da linguagem, que joga no avesso da administração, recriando palavras, alterando a sintaxe, desestabilizando, assim, o rigor legislativo do Estado. Entre a imposição jurídica que quer organizar o trabalho da e com a língua e a língua efetivamente em uso na boca popular, um desencontro se produz. E, como nos dizem os próprios autores referindo-se à revolução soviética:

[...] o movimento das massas de Outubro traça, assim, entre os profissionais da linguagem (escritores, poetas e teóricos, todos cuja profissão relaciona-se com falar, escrever e trabalhar a língua) uma linha de demarcação entre aqueles que dobrar-se-ão diante do risco da anarquia e do caos no academicismo da tradição russa, baseado em uma língua ao mesmo tempo litúrgica e feudal, e aqueles que, de várias maneiras, escolherão o campo da revolução. Essa linha se deslocará com os avatares da revolução. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 70).

Pêcheux (1990) nos fala sobre as formas pelas quais na língua inscreve o invisível e o irrealizado das lutas revolucionárias, mencionando as formas da negação e o uso das formas hipotéticas, dentre outras.

Esse ponto em que história e língua se tocam e se afastam, materializando e dando visibilidade às contradições do período revolucionário, é também o ponto em que o impossível do legislar sobre tudo e o irrealizado do tudo dizer de determinada forma se marcam nos planejamentos administrativo-linguísticos que não funcionam, expressando – com a incompreensão das ordens, e com os lapsos e com os jogos metafóricos – o abismo entre o passado feudal cristão e uma nova forma de organização social, e, nessa nova formação social, o abismo entre as classes dirigentes e as massas.

Nas lutas revolucionárias do século XX, em que se chocam as forças da resistência colonial em oposição às forças da metrópole, por outro lado, a passagem pela necessidade de reescritura de um passado colonial linguístico aponta justamente para um irrealizado do presente que visa a apontar para promessas de um futuro outro. Nessa reescritura, narrativiza-se um impossível de se saber como teria sido, mas que se tivesse sido de outra maneira, talvez, a história tivesse sido outra. Para constituir o homem novo, para construir uma nova sociedade, a escrita do futuro se conjuga com as formas verbais em que o hipotético traz o passado irrealizado.

Essa foi a situação de Moçambique, conforme discutimos em outro artigo (MARIANI, 2011). Em sua reflexão sobre o movimento revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique (doravante FRELIMO), Muiwane (2006) retoma a história da colonização linguística portuguesa, submetida e articulada ao movimento colonialista europeu como um todo. Para o autor, a política de separação tribal, que foi reforçada com a partilha da África pelas potências europeias nas últimas décadas do século XIX, produziu uma ruptura que teria impedido um processo “natural” de fusão dos diferentes grupos étnicos e linguísticos, principalmente porque, apesar das diferenças culturais, todos pertencem “à mesma família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem de palavras, mesma estrutura de frases e períodos” (p. 81). Diz o autor, dando forma material a esse alhures irrealizado:

Não nos parece exagerado afirmar que se o colonialismo não tivesse imposto uma separação geográfica forçada o processo natural de assimilação social e cultural que se operava em toda a África Austral teria determinado que, depois de alguns séculos, as diferentes etnias se tivessem fundido numa só gente. (MUIWANE, 2006, p. 82).

Nessa descrição dos distintos momentos históricos que formaram o que hoje chamamos de Estado Moçambicano, depreende-se o recontar a história sob a ótica do africano revolucionário, que traz os sentidos de um passado irrealizado e apresenta possibilidades históricas de sentidos outros, caso não tivesse ocorrido a colonização. O projeto revolucionário, no entanto, aponta para o novo, para a criação do novo:

[...] a Luta de Libertação Nacional é em si própria um processo de criação de uma nova realidade. Enquanto o nosso passado era caracterizado pelas divisões linguísticas, culturais e históricas, o nosso futuro está sendo estabelecido numa base de unidade. A nossa organização política é uma; uma é a nossa força militar; única é também a nossa estrutura administrativa, na base da qual se estão estabelecendo os alicerces da nossa economia e ordem social. Os elementos positivos da nossa vida cultural, tais como as nossas formas de expressão linguística, as nossas músicas e danças típicas, as peculiaridades regionais de nascer, crescer, amar e morrer, continuarão depois da independência para florir e embelezar a vida da nossa nação. (MUIUANE, 2006, p. 85).

A revolução e as palavras em Moçambique

A partir das reflexões de Gadet e Pêcheux, o objetivo do presente artigo, que tem em seu horizonte teórico e analítico a Análise do Discurso, em seu modo próprio de refletir sobre a história das ideias linguísticas, é dar visibilidade e discutir um conjunto de discursos sobre a escolha da língua portuguesa como língua oficial de Moçambique no período imediatamente subsequente à declaração da independência nacional em 25 de junho de 1975, uma independência que resulta de um longo processo revolucionário. Deixo claro, de imediato, que não se trata de uma exaustiva e minuciosa investigação sobre o que teria sido A revolução moçambicana. O interesse é traçar linhas de reflexão sobre a questão linguística em um estado plurilíngue em situação pós-colonial.

Para traçar essas linhas de reflexão, vamos tomar como material de análise um conjunto de textos constituído por artigos assinados e publicados no jornal *Notícias*, bem como comunicações apresentadas em congressos da FRELIMO nesse período¹. Os textos que serão objeto de análise seguem abaixo listados e fazem parte de uma recolha originalmente feita pelo historiador moçambicano António Sopa, em trabalho conjunto com Matheus Angelo, bibliotecário da Embaixada

1 Com apoio da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, estivemos em Moçambique em março de 2010. Sem o inestimável apoio do historiador António Sopa, diretor do Arquivo Histórico, e, também, sem o apoio do professor Matheus Ângelus, diretor da Biblioteca da Embaixada de Portugal – ambos responsáveis pela recolha dos textos que analisamos –, este artigo não teria sido possível.

de Portugal, em Maputo, capital de Moçambique. Nessa recolha, organizada em dois tomos fotocopiados, há textos escritos entre 1974 e 1992. Tendo em vista nossos objetivos, restringimo-nos àqueles produzidos nos anos iniciais da independência, conquistada após o movimento revolucionário.

Os quatro primeiros textos que constam da recolha foram originalmente publicados no número 21 da revista *Colóquio/Letras*², em setembro de 1974, e, posteriormente, republicados no caderno *Cultura e Arte*, do jornal *Notícias*, de Moçambique, em 1975. Em seu conjunto, tais textos constituem respostas a um “inquérito” proposto pela revista *Colóquio/Letras*: “Qual, no seu entender, o futuro do português como língua literária em África?”

Permitindo-se uma adaptação “do conteúdo de cada resposta”, em função de uma reformulação da pergunta original para “Qual o papel a desempenhar pela língua portuguesa em Moçambique?”, Vieira Simões, o editor do caderno *Cultura e Arte*, formula, na abertura da matéria, a seguinte conclusão: “O Português actuará prioritariamente como força unificadora do Povo moçambicano”³. E diz mais: “A sua simbiose com processos dialectais ou línguas nativas enriquecerá o Português que amanhã se falar e ler em Moçambique”. Este é o comentário que produz uma direção de sentidos para a leitura dos textos que o jornal republica:

- O português como língua franca, de Maria de Lourdes Cortez.
- Linguagem veicular da revolução, de Rui Knopfli.
- Pouco ou nada se fez no sentido da promoção da língua..., de Eugénio Lisboa.

Acrescento, para discussão, três outros artigos, igualmente publicados na revista *Colóquio/Letras*, mas que não se encontram na recolha, pois ou são muito genéricos ou tratam de outras nações africanas⁴. São eles:

2 Essa revista está inteiramente digitalizada e acessá-la on-line (<<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?issue&n=21>>) permitiu-nos verificar que nem todos os textos nela publicados originalmente se encontram na recolha organizada pelos professores António Sopa e Matheus Ângelo.

3 Um esclarecimento: reproduzimos o uso de maiúsculas (para ‘português’, ‘língua portuguesa’, ‘revolução’, ‘povo’ etc.) tal como as encontramos nos textos da recolha. E esse uso não apresenta uma uniformidade nos textos citados.

4 E, portanto, não sabemos se foram ou não publicados em *Notícias*.

- resposta de Alfredo Margarido (p. 6-7 da revista *Colóquio/Letras*, n. 21).
- resposta de António Aurélio Gonçalves (p. 7-8 da revista *Colóquio/Letras*, n. 21).
- resposta de Manuel Ferreira (p. 10-12 da revista *Colóquio/Letras*, n. 21).

Em 1975, outro texto também é objeto de nossa atenção, pois, conforme Sopa e Ângelo, introduz o programa de português para a quinta e sexta séries:

- A língua portuguesa ao serviço da revolução, de José Luís Cabaço.

Em 1979, de acordo com a recolha de Sopa e Angelo, são quatro artigos, todos comunicações feitas no *I Seminário Nacional sobre o Ensino de Língua Portuguesa*, realizado em Maputo. O primeiro e o terceiro são autorais, e os demais são assinados pelo Ministério da Educação e Cultura:

- O papel da língua portuguesa em Moçambique, de Fernando Ganhão.
- Nota explicativa, Ministério da Educação e Cultura.
- O papel da língua portuguesa na escola, pelo reitor da Universidade Eduardo Mondlane.
- Comunicado final, Ministério da Educação e Cultura.

Antes de prosseguirmos, alguns aspectos da colonização linguística em Moçambique, bem como alguns aspectos políticos da revolução moçambicana devem ser retomados, pois fundamentam as condições de produção – em termos da historicidade, da memória e das imagens discursivas que constituem os processos de produção de sentidos constitutivos dos gestos de interpretação presentes nos textos em foco – historicamente determinadas que constituem nosso material empírico de análise.

Moçambique e suas línguas: o antes e o depois da colonização

Conforme afirmamos em trabalho anterior (MARIANI, 2011)⁵, o fato de Portugal ter chegado a terras africanas no século XV não quer dizer que o processo colonizador tivesse criado raízes. Durante pelo menos quatro séculos, as colônias portuguesas na África funcionavam basicamente como entreposto comercial e fonte de recursos humanos para o comércio da escravatura. Pouco se realizou, pouco se investiu até a intervenção política das Conferências de Berlim (1885) e de Bruxelas (1887), quando houve a determinação de regras europeias internacionais que uniformizaram a maneira pela qual o território africano deveria ser dividido. O direito de propriedade deixou de ser baseado em termos da história das conquistas passadas e passou a incidir na efetiva ocupação do território. Portugal passou, então, a administrar seu território de Ultramar com medidas socioeducativas visando tanto à ocupação da terra quanto à inserção dos povos africanos no processo civilizatório ocidental, com uma sistemática de introdução da língua e dos costumes portugueses.

Em outros artigos (MARIANI, 2004, 2005, 2008), mencionamos os decretos promulgados em 1845 e em 1869 que objetivavam administrar e organizar um sistema educacional diferenciado para africanos e europeus. A relação entre metrópole e colônia, assim, passou a ser mais regulada, porém, em termos educacionais, continuou contando com uma política religiosa que investia em uma evangelização realizada ora em língua africana, ora em português.

Sob a direção e comando da FRELIMO, fundada em 1962, o processo revolucionário que levou Moçambique à independência estruturou-se, a partir de 1964, sob a forma da Luta Armada de Libertação Nacional (ROCHA, 2006). A FRELIMO tinha como objetivo reunir os vários movimentos clandestinos de resistência que se encontravam no território moçambicano e, também, aqueles que atuavam fora dele⁶. Como afirma Muiwane (2006), a FRELIMO teve como mérito agrupar homens e ideias em torno de um objetivo nacionalista único. Em 1962, quando de sua fundação, Eduardo Mondlane foi eleito presidente do movimento, que reunia nomes como Marcelino dos Santos, Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza.

5 Conforme Mariani (2011). Também, uma versão sintética deste texto foi apresentada no XXV EN-ANPOLL, como parte das atividades do GT de Análise do Discurso, em 2010, em Belo Horizonte, MG.

6 A UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a UNANI (União Nacional para Moçambique Independente) e a MANU (União Africana Nacional de Moçambique) (MUIUANE, 2006, p. 20).

Ao longo da guerra revolucionária, houve a conquista de diversas províncias, provocando um desmanche incisivo na administração colonial portuguesa. No início dos anos 70, os sucessivos avanços da guerra revolucionária promoveram o reconhecimento internacional da FRELIMO como instância representativa e representante de Moçambique (ROCHA, 2006). Por outro lado, nesse meio tempo, a ditadura salazarista em Portugal, em função de uma política socioeconômica fracassada, de uma política externa desastrosa e de uma insatisfação social generalizada, chegou ao seu final, com o golpe militar de 25 de abril de 1974. Ainda em 1974, formalizou-se o acordo de Lusaka, no qual delegações oficiais de Moçambique (chefiada por Samora Machel) e de Portugal (chefiada por Melo Antunes) assinaram o acordo de cessar-fogo, formalizando a proposta de um governo de transição e abrindo, assim, caminho para a concretização da independência moçambicana em 1975.

Durante seu III Congresso, a FRELIMO adotou o socialismo como caminho para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, além de encontrar forte resistência político-ideológica por parte de países como a África do Sul e a Rodésia, o novo governo não levou em consideração, nos anos iniciais de implementação de uma sociedade socialista, o modo próprio das formas de organização social das comunidades rurais, além das dificuldades que teve em lidar com a pesada herança da estrutura colonial portuguesa.

A descolonização de Moçambique, portanto, principalmente nesses anos iniciais, buscava, por exemplo, romper com modelos agrários anteriores e introduzir elementos técnicos que permitiriam uma autosuficiência econômica. A descolonização linguística, por sua vez, se processou de outra maneira. A língua portuguesa foi escolhida por ter um alcance internacional, qualidade que as línguas autóctones não possuíam. Porém, em 20 de junho de 1975, quando é aprovada a constituição de Moçambique pelo Comitê Central da FRELIMO (MUIUANE, 2006), não há menção à questão linguística. Apesar de, em repetidos manifestos e comunicados, a FRELIMO sempre ter enfatizado a importância de uma união nacional que não anulasse ou discriminasse as diferentes culturas e línguas, nada se encontra sobre esse tema. Em seus princípios gerais, devemos acrescentar, o tema da educação e da alfabetização comparece sem que se esclareça a questão linguística. É o que se pode ler no artigo 15L da Constituição da República Popular de Moçambique, que prevê o “combate enérgico contra o analfabetismo e obscurantismo”, visando

a promover “o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais” (MUIUANE, 2006, p. 514). A Lei da Nacionalidade, igualmente aprovada pelo Comitê Central na mesma data, também não inclui a questão linguística, não relaciona a(s) língua(s) com a nacionalidade moçambicana. É apenas na Constituição de 1990⁷, no nono e no décimo artigos, do capítulo I, título I, que a questão linguística é consolidada:

Artigo 9 (Línguas nacionais) O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescentes como línguas veiculares da nossa identidade;

Artigo 10 (Língua oficial) Na República de Moçambique a Língua Portuguesa é a língua oficial.

Entre as duas constituições, no entanto, um caminho com acertos e desacertos foi se organizando. Para expor, ainda que sinteticamente essa tensão constitutiva do momento pós-revolucionário, sigo com Gregório Firmino (2005) em seu longo, minucioso e competente trabalho intitulado *A ‘questão linguística’ na África pós-colonial*.

Como dissemos anteriormente, a política colonial portuguesa que, a partir do final do século XIX, passou a incorporar o ensino exclusivo em língua portuguesa nas escolas, foi uma política que investiu na formação de quadros funcionais necessários à administração colonial, limitando o acesso a esses quadros e, portanto, restringindo e impondo o registro de assimilado (condição necessária para o trânsito social) aos moçambicanos que incorporassem a língua, os hábitos e os costumes portugueses. No entanto, sem um eficiente sistema de escolas que abrangesse, inclusive, a zona rural (FIRMINO, 2005), o que se produziu foi uma exclusão crescente. Ao mesmo tempo, uma memória foi se constituindo em torno da língua portuguesa. Além de língua do colonizador, a imagem da língua portuguesa foi associada tanto à “política assimilacionista colonial” quanto à possibilidade de “ascensão social”, conforme Firmino (p. 70). Ainda segundo o autor, o movimento revolucionário, ao eleger o português como língua oficial, o fez movido por uma compreensão de cunho pragmático: era a única língua comum que circulava entre a elite escolarizada e entre funcionários públicos

7 Agradecemos ao professor Gregório Firmino, da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, que, através de correspondência pessoal via internet, possibilitou-me acesso a documentos oficiais.

de diferentes níveis em diferentes regiões do país. O sentido de língua portuguesa era o de língua oficial em seu “papel de língua da unidade nacional” (Id.Ibid.). Mas a língua portuguesa nunca deixou de ser uma segunda língua a ser aprendida na escola, conforme demonstrou a pesquisa realizada por Firmino. Se, por um lado, há uma expansão no uso e no número de falantes do português –24,4% da população, conforme o Censo de 1980, conhece o português (Id.Ibid.) –, por outro, esse uso e conhecimento continua bastante restrito à região urbana, sendo vinculado às elites. O crescimento do uso e do número de falantes, mais recentemente, está acompanhado de discursos que apontam para uma moçambicanização do português. Ou seja, são discursos que se afastam dos sentidos marcados ideologicamente pela expressão “pretuguês” (p. 167) e assumem que o português falado em Moçambique historicizou-se de outro modo, trazendo, portanto, inúmeras marcas de diferenciação em relação à língua falada em Portugal. E essa diferença, o modo próprio como a língua portuguesa se historicizou em Moçambique, não é sem as línguas autóctones nem sem as disputas ideológicas que por tantos anos calaram os africanos que falavam português, além de suas línguas nativas.

Ao longo desse período, ao mesmo tempo, pouco se investiu na gramatização das línguas autóctones em termos da produção de gramáticas e dicionários. Só mais recentemente é que políticas de línguas têm sido elaboradas no sentido de suprir essa lacuna.

A escolha do português como língua oficial, então, não produziu os efeitos esperados de união nacional, embora a língua funcione e seja usada na política, na administração, no meio televisivo e literário. Firmino (2006)⁸, na conclusão de seu livro, afirma que não basta, simplesmente, o uso da língua portuguesa como língua oficial, ou seu uso concomitante com as línguas autóctones para que haja garantia de unidade nacional. Resolver a questão linguística com base em critérios políticos, sem que haja uma real reflexão histórica sobre o estatuto da língua de colonização em relação às outras línguas presentes no solo moçambicano, bem como sobre a situação desigual em que se encontram aqueles que falam estas línguas, não significa resolver

8 Em outro ponto de seu importante livro, afirma o autor: “Defendo que o português está a assumir novos traços linguísticos e simbólicos, relacionados com a ecologia social do Moçambique pós-colonial e proponho uma revisão das perspectivas tradicionais sobre as línguas ex-coloniais, sustentando que uma visão destas línguas como sendo fundamentalmente exógenas e intrusas pode estar a subestimar a dinâmica da mudança linguística por que passaram em alguns países” (FIRMINO, 2001, p. 71).

as desigualdades socioeconômicas e, conseqüentemente, não significa resolver a questão linguística.

Em artigo anterior (MARIANI, 2008), discuti as tensas relações entre linguística e políticas econômicas, mostrando que a situação pós-colonial de nações plurilíngues é complexa do ponto de vista das políticas desenvolvimentistas e das políticas linguísticas. Não basta tornar nacional e oficial uma língua autóctone sem que haja real investimento na gramatização (AUROUX, 1992) dessa língua associada a uma política social de fato. No caso moçambicano, tanto no período colonial quanto no período pós-colonial, a imagem da língua portuguesa estava associada à possibilidade de ascensão profissional e social. Daí, mesmo sendo declarada língua oficial, ela não conquista espaço como língua materna senão entre 1,2%, conforme dados do Censo de 1980 (FIRMINO, 2006).

*Uma revolução
e seus impasses
linguísticos:
Moçambique*

139

Uma “língua portuguesa com personalidade moçambicana”

Quando a revista *Colóquio/Letras 21* foi publicada, em 1974, a independência ainda não era um fato político institucionalizado, mas se encontrava em vias de consolidação. Os debates linguísticos¹⁰ que se encontram na revista e que foram posteriormente transcritos no jornal *Notícias* (1975) se abrem para dois principais campos temáticos sobre os sentidos de língua portuguesa nesse momento de descolonização.

De um lado, em alguns textos, depreende-se o estabelecimento de um estreito vínculo entre língua e revolução, enquanto que, em outros, em nome de um futuro, percebe-se o desenho de uma política linguística em gestação que apoia o uso do Português – uma necessária lusofonização, nos dizeres de Maria de Lourdes Cortez, para “ganhar acesso a todo mundo exterior técnico e cultural” –, um uso do português sem perder de vista o plurilinguismo. Nesse contexto argumentativo, que compreende uma espécie de ponto de convergência entre a língua europeia e as línguas autóctones, surge a possibilidade de uma *nova linguagem*, um novo português em função das comunidades bilíngues. E, podemos perguntar: como é significada a mudança que aponta para o novo português?

9 Expressão usada por José Luís Cabaço e que se encontra no texto da recolha.

10 Os participantes deste debate (tais como Vieira Simões, Maria de Lourdes Cortez, Eugénio Lisboa e Rui Knopfli) são figuras altamente expressivas para a realização da revolução em Moçambique; alguns eram homens e mulheres de letras; outros, historiadores.

O reiterado uso do futuro do presente bem como do determinante “novo” – “nova linguagem, nova formulação das relações de base, nova forma de estar, nova visão de mundo” (em M. L. Cortez); “novo país” (em V. Simões) – coloca no cenário dos discursos em circulação um ainda irrealizado, mas em vias de se concretizar; um futuro linguístico no qual uma “simbiose com processos dialectais ou línguas nativas” (cf. V. Simões) viria afetar e enriquecer a Língua Portuguesa em Moçambique.

A Língua Portuguesa é significada deste modo: “língua prioritária de unificação (como língua culta, ainda que segunda)” (cf. E. Lisboa), “língua franca ¾ língua de cultura e de conhecimento externo” (cf. M. L. Cortez), “linguagem veicular da Revolução” (cf. R. Knopli) e, ainda, “força unificadora do Povo moçambicano” (cf. V. Simões). Paralelamente, como previa a constituição da época, enfatizava-se, vagamente, o combate ao obscurantismo e uma alfabetização massiva, sem que houvesse uma explicitação da língua ou das línguas por meio das quais seria realizada essa alfabetização. Por outro lado, também na Constituição de 1975, previa-se, como vimos, “o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais”. Não estaria aí o amálgama idealizado entre a língua portuguesa e as demais línguas autóctones? Ou uma Língua Portuguesa com “personalidade moçambicana”?

Em texto que não se encontra na recolha, mas unicamente na revista *Colóquio/Letras*, Alfredo Margarido discute de modo geral a situação linguística da África portuguesa, mencionando transformações fonéticas e semânticas que, por exemplo, já vinham ocorrendo em Luanda, as quais apontavam, segundo ele, uma possível “existência de embriões linguísticos nacionais” (1974, p. 6). Para o estudioso, essas mudanças linguísticas registram “a vitalidade da língua portuguesa, mas também, ou sobretudo, funcionam como testemunho da capacidade das populações africanas de superar as condições difíceis, minorativas, impostas durante séculos pela nossa prática colonial” (p. 7).

Também mencionando as transformações da língua portuguesa, António Aurélio Gonçalves e Manuel Ferreira posicionam-se mencionando a irreversibilidade do processo, seja porque uma mudança linguística já ocorreu, como foi o caso do crioulo de Cabo Verde (GONÇALVES, 1974), ou – de acordo com Ferreira (1974) – do dialeto forro, em São Tomé e Príncipe. Para este último, está em curso uma “mestiçagem linguística numa permanente e irreversível desagregação da língua-pa-

drão ao nível da oralidade” que “implacável e necessariamente se vai instaurando no plano da escrita [...]” (p. 12).

O que esses depoimentos trazem de importante é a constatação do trabalho da língua, um trabalho que se realiza a despeito de ou na contramão de uma política de colonização linguística, mesmo se esta política foi ineficiente, como foi o caso de Portugal em Moçambique. Em outras palavras, os processos de mudança linguística nos modos de significar da língua de colonização entram em curso não apenas em função do contato entre línguas diferentes, mas também em decorrência da inevitável historicização (ORLANDI, 2009) da língua em outro território. Como diz Ferreira, está em curso a “aventura numa estruturação linguística cujo destino é ainda imprevisível” (1974, p. 12). Ou seja, há uma movimentação histórica e linguística que impede que seja reconhecido antecipadamente algum desfecho para os processos (mesmo ineficientes) de dominação linguística colonial. Uma interpenetração linguística ocorre entre colonizados e colonizadores, entre dirigentes e dirigidos, entre classes, entre histórias e memórias distintas. Assim, fosse pela ausência de uma política linguística mais eficaz nos primeiros séculos de ocupação do território moçambicano, fosse pela imposição de uma ideologia assimilacionista – que pretensamente objetivava proporcionar o estudo do português, excluído exatamente pelo seu não conhecimento –, a Língua Portuguesa foi historicizada e foi se transformando pelo simples acontecimento de ter sido transplantada para outro território.

No entanto, a revolução tem seus propósitos políticos, não espera por um “destino imprevisível”. Dentre tais propósitos, um aspecto prioritário é a unificação linguística em torno do português, tanto em termos internos quanto como forma de Moçambique obter reconhecimento externo. Uma unificação que não pretende apagar a diversidade linguística e cultural da sociedade moçambicana, mas que é proposta tendo em vista a “construção da Nova sociedade”, como afirma em discurso o reitor da Universidade de Mondlane, em 1979. Ao fixar uma língua como oficial, o Estado fixa uma direção de sentidos para uma política moçambicana externa e interna, apostando, talvez, na formação desse amálgama nacional. Em termos externos, a unificação linguística nascente ganharia sua validação internacional, uma possibilidade de ser ouvido na comunidade internacional, além de ampliar o acesso às técnicas desenvolvimentistas. Mas, podemos perguntar: ao fazer essa opção linguística, ao impor a língua portuguesa como língua do Estado, partindo de sua memória recente

como “língua veicular da revolução”, a partir de uma tentativa de significação outra para essa língua de colonização, não estariam os governantes moçambicanos constituindo um impasse?

Um enunciado de Gadet e Pêcheux é, aqui, exemplar: “a questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças” (2004, p. 37). Referindo-se ao poder do Estado burguês, os autores mencionam que seu modo de funcionamento une, contraditoriamente, um logicismo jurídico unificante a uma atuação sociologista que absorve a diversidade de forma negociada. Lembremos que o Estado moçambicano pós-revolucionário é um Estado socialista, no entanto não estariam os dirigentes moçambicanos imbuídos imaginariamente do “velho sonho leibniziano” de uma língua universal? Uma língua única que, ao mesmo tempo, unificasse o Estado sem apagar as diferenças.

Os textos de 1974 foram republicados em 1975, como afirmamos anteriormente. Ainda em 1975, na recolha organizada por Sopa e Ângelo [s.d.], encontra-se o texto escrito por Cabaço, texto este forte e contundente no que diz respeito à associação da língua portuguesa aos ideais revolucionários.

Cabaço (1975, [s.p.]) formula a dialética da opressão/resistência, e vale a pena trazer suas palavras de modo mais extensivo: “a língua portuguesa, que foi como todos nós sabemos, a língua da opressão, o veículo da despersonalização do povo moçambicano, foi também a língua da nossa libertação”. Defendendo uma concepção instrumental para a utilização da língua portuguesa, associando o uso da língua do colonizador como forma de libertação do próprio colonizador – “da maneira como os nossos camaradas guerrilheiros souberam fazer das armas que capturavam ao inimigo [...]” ([s.p.]) –, e postulando um uso revolucionário do português, Cabaço conclui que assim surgirá “uma língua portuguesa com uma personalidade moçambicana”. Uma “língua portuguesa moçambicanizada”, “um português com características próprias, nossas, que não seja copiado nem do brasileiro nem de mais sitio nenhum”, e adaptado às “necessidades culturais, sociais, políticas e revolucionárias” ([s.p.]). Esse “novo significado” atribuído pelos governantes ao instrumento língua portuguesa caminha ao lado da convicção de que o povo cria palavras e expressões novas e que essa criação precisa ser diferenciada dos erros em termos do domínio da língua.

No embate entre a língua portuguesa fluida (ORLANDI, 2009) – a liberdade criativa da apropriação popular do “instrumento”, ou seja,

“quando as massas tomam a palavra” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64) – e a língua portuguesa imaginária – o fixismo da necessidade de regras para marcar o lugar do erro –, permaneceu a revolução linguística moçambicana cristalizada durante duas décadas, como vimos anteriormente. Podemos pensar que o político que atravessou a história da revolução, no que tange à questão linguística, domesticou a criação popular em nome do idealismo da unificação com a circulação institucionalizada e oficial dos sentidos permitidos.

Seguindo adiante e acompanhando os tempos do período pós-revolucionário, passamos agora para os textos da recolha relativos ao primeiro *Seminário Nacional sobre o Ensino de Português*, realizado em Maputo, em outubro de 1979. Neste Seminário, pretendia-se reafirmar a opção pelo português como língua oficial, bem como mapear as dificuldades e sugerir direções para a resolução dos problemas. Participavam do Seminário, além dos dirigentes do Estado moçambicano, delegações de outros países, como Portugal, Cabo Verde e Angola. Neste ponto, interessa-nos trabalhar com essa palavra oficial do partido FRELIMO.

“A existência duma nação é a língua comum”, afirma Fernando Ganhão¹¹ na abertura do Seminário. Expondo a opressão cultural e linguística de Portugal sobre o povo moçambicano, Ganhão chama a atenção para o fato de que os moçambicanos estão afastados das diretrizes do Estado, referindo-se à ainda distante construção da nação moçambicana e à falta de uma “consciência nacional consolidada”, algo a ser conquistado com uma língua comum. Vale citar as palavras do autor:

Teria sido impensável que, em 25 de junho de 1975, se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional [...]. A decisão de se optar pela língua portuguesa, com língua oficial na R.P.M., foi uma decisão política meditada e ponderada visando atingir um objectivo, a preservação da unidade nacional e a integridade do território. A história da apropriação da língua portuguesa, como factor de unidade, nivelador das diferenças, veio desde a criação da FRELIMO em 1962. [...] A escolha foi uma decisão táctica, com uma perspectiva que o futuro plenamente confirmou como sendo a única correta. (GANHÃO, [s.d., s.p.]).

11 Este texto, sobre o qual não temos indicações, faz parte da recolha que recebemos em Moçambique.

Se, de início, a FRELIMO não tocou na questão da língua, se os guerrilheiros falavam entre si inglês ou suaili, em função de seu treinamento ou formação (GANHÃO, [s.d.]), por outro lado, a opção inicial da revolução foi sempre redigir em Língua Portuguesa os documentos e comunicados de guerra. Assim, embora fosse a língua do opressor, o português era também um instrumento operacional para os militantes.

Língua da revolução, língua oficial, língua operacional, língua do ensino: é neste deslizamento de sentidos que se significa a unidade nacional e a defesa do português como língua oficial da unidade nacional. Tal defesa, porém, não invalida o patrimônio linguístico constituído pelas línguas autóctones, um patrimônio que deve ser estudado e preservado, e que aponta para um “problema do bilinguismo necessário e inevitável” (GANHÃO, [s.d., s.p.]).

O principal documento levado para debate – *O papel da Língua Portuguesa na Escola*, apresentado, ao que tudo indica, pelo reitor da Universidade –, é escrito de forma pedagógica, com perguntas e respostas, apresentando esclarecimentos para as opções partidárias e linguísticas (discursos contrários que provavelmente estavam em circulação), os fundamentos políticos socialistas para as referidas tomadas de posição e, também, na parte final, após um registro dos erros mais comuns, os princípios metodológicos norteadores para o ensino do Português para cada série. Ao final do documento, encontra-se um glossário com conceitos da Linguística.

Retomemos alguns desses esclarecimentos e fundamentos. Partindo da desigualdade constitutiva da sociedade de classes e da não transmissão uniforme e igualitária dos conteúdos em função dos interesses das classes dominantes, que querem preservar o “monopólio do saber”, nesse documento do Governo enfatiza-se que a questão linguística na África não se resume à esfera da educação. Duas teses são então sustentadas: a necessidade da “valorização das línguas nacionais” e a necessidade de se escolher uma língua para efetuar a unidade nacional que não produzisse outras lutas internas¹².

12 “Na realidade os estudos de planificação linguística feitos em África e as opções políticas tomadas nesse contexto estão bem claramente ligadas ao domínio da elite que dirige a Administração. E aqui vemos que, ou se faz muitas vezes um recuo tornando-se obrigatório o ensino das línguas nacionais mas apenas para atenuar o desejo da elite nacional de destruir a língua estrangeira ou é a tribo ou o grupo étnico que detém o poder político que impõe a sua língua a fim de facilitar a subida dos membros da sua tribo ou grupo aos postos privilegiados [sic] da economia, da política e da educação. Foram portanto razões bem concretas e pertinentes que levaram a FRELIMO a optar pela língua portuguesa como língua da unidade nacional e do ensino” (O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1979, [s.p.]).

Fundamenta-se a escolha do Português a partir da história da “prática concreta e quotidiana dos combatentes” que, ao abalar “as velhas culturas tradicional-feudal, colonial-capitalista”, permitiu uma cultura nacional que “destruiu as barreiras tribais”, passando a “expressar autenticamente no conteúdo e na forma, a expressão da vida colectiva do povo”¹³. Em 1971, neste mesmo documento, o FRELIMO já formulava este ponto de vista, que vale a pena ser lido na íntegra:

Não existe língua de maioria no nosso País. Escolher uma das línguas moçambicanas como língua nacional seria uma opção arbitrária que poderia ter sérias consequências. Mais ainda: as facilidades técnicas e de pessoal de que dispomos não nos permitem levar por diante a espécie de trabalho de pesquisa necessário para tornar operacional a linguagem, especialmente no campo da ciência. Fomos por isso forçados a utilizar o português como a nossa língua de ensino e para comunicação entre nós [...]. (O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA, 1979, [s.p.]).

E, neste ponto, o documento em questão é bem claro: “A cultura exige base linguística para a expressão”. Além do mais, se durante a revolução a Língua Portuguesa transformou-se de “instrumento alienatório” em “instrumento de libertação”, por que não adotá-la como língua oficial, tornando-a um “instrumento político eficaz”? Ao mesmo tempo, reitera-se inúmeras vezes ao longo do documento: “A definição da língua portuguesa como língua oficial, não deve ser interpretada como tendo por objectivo a eliminação das línguas moçambicanas” (O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA, 1979, [s.p.]).

Corroborando com esse ponto de vista, reassegurando a direcção de sentidos proposta, no documento do Ministério encontra-se a transcrição de parte de um discurso do presidente Samora Machel, quando este abriu a campanha nacional de alfabetização, em julho de 1978:

A generalização da língua portuguesa é um meio importante entre todos os moçambicanos, veículo importante da troca de experiência a nível nacional, factor da consolidação da consciência nacional e da perspectiva de futuro comum. Alguns perguntaram durante a guer-

13 In: O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1979, [s.p.].

ra: 'Para quê continuarmos com a língua portuguesa?' Alguns vão dizer que a Campanha Nacional de Alfabetização é para valorização da língua portuguesa. Em que língua é que vocês gostariam que nós desencadeássemos a Campanha de Alfabetização? Em Macua ou em Maconde, Nyanja, em Changana, Ronga, Bitonga, Ndaú, em Chuabo? (O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA, 1979, [s.p.]).

Pelas palavras do presidente, assim como em toda a argumentação do documento em questão, é possível fazer o registro de uma impossibilidade que recai sobre as línguas autóctones: as línguas nacionais, numerosas e diversas, não contemplam o projeto político da unificação nacional. Ao contrário: a escolha de uma pode produzir um incremento nas lutas internas, reavivando questões étnicas das diferenças tribais. Justifica-se, novamente, desse modo, a escolha da Língua Portuguesa. E, paralelamente, nas considerações finais do congresso, fica consignada “a necessidade de aprofundar o estudo das línguas moçambicanas de forma a que elas desempenhem, cada vez mais, um papel importante no processo do avanço técnico-científico e cultural” (COMUNICADO FINAL, 1979, [s.p.]). Essa direção de sentidos é mais uma vez parafraseada, só que na forma de uma diretriz política:

A difusão da Língua Portuguesa não pode contudo realizar-se em detrimento da evolução das línguas maternas, pois estas são parte integrante da cultura moçambicana. Para assegurar o desenvolvimento das línguas moçambicanas enriquecidas em todos os domínios, e consolidando assim o bilinguismo propôs-se que seja feito o seu levantamento científico cujo resultado deverá ser canalizado às estruturas do Partido. (COMUNICADO FINAL, 1979, [s.p.]).

Retomando a questão dos erros mais comuns apresentados durante o congresso, formula-se mais uma recomendação sobre as maneiras de regular a relação dos moçambicanos com a Língua Portuguesa:

[...] a necessidade premente de se realizar um estudo sobre o Português básico falado em Moçambique, tomando em consideração as principais interferências das línguas maternas. Este estudo permitirá detectar as transformações que vêm ocorrendo na Língua Portuguesa em Moçambique, criando condições para uma posterior normalização que assegurará uma língua portuguesa do Rovuna ao Maputo. (COMUNICADO FINAL, 1979 [s.p.]).

Considerações finais: o Estado, os moçambicanos e a(s) língua(s)

Como mencionamos ao longo do texto, só no século XXI é que a situação linguística em Moçambique de fato começa a ser trabalhada a partir da inclusão das línguas autóctones na esfera pública oficial e, também, da atribuição ao Português do *status* de língua nacional. No entanto, essa política linguística ainda está distante do que Firmino propõe como uma “política linguística realista” (FIRMINO, 2005, p. 181).

A exigência de uma unificação linguística, como vimos, apoiava-se no imaginário de que esta unificação propiciaria uma unificação nacional. Uma língua única para um Estado-nação único, sem o apagamento das línguas autóctones e com a promoção do novo moçambicano. De início, em 1974 e 1975, falava-se em Português moçambicanizado, supondo-se o embrião de uma nova língua surgindo na nova sociedade que estaria em vias de formar-se. Se a Língua Portuguesa foi ressignificada de um lado (língua do colonizador, língua da revolução, língua da unidade nacional etc.), este Português moçambicanizado, com suas características próprias já em 1979, por outro, passou a ser classificado como produção errada, resultado de interferências das línguas maternas.

O *alhures irrealizado* (PÊCHEUX, 1990), antes imaginizado como a possibilidade de surgimento de “uma língua portuguesa com uma personalidade moçambicana” (CABAÇO, 1979), ganha ares de algo a ser corrigido em nome de uma língua outra. Ao mesmo tempo, politicamente as línguas autóctones são localizadas no campo de significação das impossibilidades: são muitas e divergem entre si, menos no que diz respeito à estruturação linguística, e mais no que se refere às disputas de poder.

A intervenção do Estado na regulamentação dos modos como os moçambicanos se relacionam com as línguas em circulação não apaga o modo próprio como as elites e o povo significam estas línguas. Não apaga, principalmente, o modo como os moçambicanos em geral significam estas línguas em função da memória que constitui essas mesmas línguas.

A necessidade de construir uma unidade para o Estado-nação traz um pressuposto histórico incontornável: a estruturação política e social que se organizou no pós-guerra, revolucionária e de independência, propôs uma ocidentalização muito rapidamente em nome da entra-

da em uma modernidade técnica e, também, em uma sociedade nova, mais fraterna e mais justa, e pouco considerou a memória da ancestralidade cultural incrustada nas línguas autóctones.

Talvez seja o caso de o Português ser uma língua segunda, e apenas isto. Mas, estará o atual Estado moçambicano interessado em gramatizar as línguas autóctones? E mais, estará o Estado de fato interessado em incluir os diferentes grupos sociais?¹⁴

Bethania

Mariani

148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Traduzido por E. P. Orlandi. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Traduzido por B. Mariani; M. E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

FIRMINO, Gregório. **A questão lingüística na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Texto, 2005.

GONÇALVES, Antonio Aurelio. O futuro do português como língua literária em África. **Colóquio/Letras**. Inquérito, n. 21, p. 7-8, set. 1974.

MARIANI, Bethania. Arquivo e língua nacional. In: MEDEIROS, Vanise Gomes de; TEDESCO, MARIA TEREZA. **Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011. (E-book). Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/livro_travessias_nos_estudos.pdf>.

14 Mais uma vez, cito Firmino: na conclusão de seu livro: “concluo que a diversidade cultural, como tal, não afecta necessariamente de forma negativa o processo de construção de uma Nação-Estado. De facto, defendo que a estabilidade de uma Nação-Estado não é directamente proporcional ao grau da assimilação cultural que os seus membros possam ter atingido, mas sim à forma como os diferentes grupos de interesse, que se baseiam normalmente na ideologização das diferenças culturais, se compatibilizam mutuamente através de um sistema político, social e económico adequado. [...] Os conflitos lingüísticos não existem em si; antes eles reflectem conflitos a outros níveis [...] relacionados à distribuição de bens sociais” (2005, p. 184).

____. Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; ZANDWAIS, Ana (Org.). **Leituras do político**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2011. p. 105-126.

____. Quanto vale uma língua? Custo e benefício político nas relações econômicas e lingüísticas. In: SANTOS, Ana Cristina dos; ALMEIDA, Claudia; PONTES JR., Geraldo (Org.). **Relações literárias internacionais II: interseções e fricções entre fonias**. Niterói, RJ: Ed. da UFF & de Letras, 2008.

____. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües. **Gragoatá**, Niterói: Ed. da UFF, n. 19, 2005.

____. **Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARGARIDO, Alfredo. O futuro do português como língua literária em África. **Colóquio/Letras**. Inquérito, n. 21, p. 6-7, set. 1974.

MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e documentos da história da FRELIMO**. Ciedima, SARL, Maputo, 2006.

ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas, SP: RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **CADERNOS de Estudos Lingüísticos**, Campinas: IEL/Unicamp, n. 19, 1990.

ROCHA, Aurélio. **Moçambique: história e cultura**. Maputo: Texto, 2006.

SOPA, António; ANGELO, Matheus. **Recolha de textos sobre a língua portuguesa**. Maputo, [s.d.]. Mimeo.

*Uma revolução
e seus impasses
lingüísticos:
Moçambique*

149

